



Ligia Pinto

UNIVERSIDADE DO MINHO



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Moradores querem ser compensados pelo impacto ambiental das energias renováveis



O parque eólico das Terras Altas de Fafe, junto a dezenas de habitações



A Amareleja (Alentejo) era em 2008 a maior central fotovoltaica do mundo

A Universidade do Minho coordena o primeiro estudo nacional para determinar o valor monetário dos impactos ambientais da instalação de uma central eólica, hídrica, fotovoltaica ou de biomassa. A meta é que, quando o Governo decidir investir nestes projetos, passe a integrar o valor monetário daqueles impactos sobre o bem-estar das populações locais.

A chamada "avaliação ambiental" é comum nos EUA, quer nas decisões do Governo como dos tribunais. Na UE há recomendações nesse sentido, mas a sua aplicação é incipiente, diz Lígia Pinto, professora da Escola de Economia e Gestão da UMinho e coordenadora da investigação «Avaliação económica dos impactos ambientais de energias renováveis», apoiada pela FCT e pelo Compete-QREN para 2012/15.

A instalação deste tipo de estruturas está sujeita a um estudo de impacto ambiental, que elenca os impactos e escolhe as medidas mitigadoras. Porém, este estudo baseia-se na opinião qualitativa de especialistas. «O que propomos agora é apurar uma medida monetária dos impactos ambientais, isto é, perguntamos à população local o quanto estaria disposta a ser compensada e, ao público em geral, quanto estaria disposto a pagar para evitar cada tipo de impacto num quadro multi-atributo», realça a docente. «O nosso estudo não diz aos decisores se é mais eficiente investir nas renováveis por contraponto a outras. Nem que se deve investir

em hídricas ou eólicas. O fim é fornecer mais um elemento para integrar a decisão política», justifica a cientista do Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada.

Da "floresta de ferro" ao "gigante de betão"

O estudo decorreu nos parques eólicos da serra d'Arga (Caminha), das Terras Altas de Fafe e da serra da Padrela (Vila Pouca de Aguiar), bem como nos parques fotovoltaicos da Amareleja (Moura), Brinches (Serpa) e Ferreira do Alentejo, nas barragens da Bemposta e Picote (Douro internacional) e na barragem prevista para Almourrol (Vila Nova da Barquinha), além de algumas centrais de biomassa dedicadas (florestal). Não se avalia a energia das ondas e a eólica offshore (em alto

mar), pois são exploratórios em Portugal. O trabalho incluiu inquéritos nacionais, entrevistas presenciais, grupos de foco e usou métodos de economia experimental, além de técnicas validadas em teses recentes na UMinho e da revisão da literatura internacional.

Em termos de conclusões preliminares, os residentes identificaram diversos impactos negativos daquelas estruturas, sobretudo para a fauna e flora locais. Nas eólicas, as populações do Norte, alvo de maior concentração de aerogeradores, sentiram-se mais incomodadas pelo ruído e pelo impacto visual.

«É muito claro esse transtorno, a sensação "isto faz-nos mal" – e sentem alguma justiça em ser compensados por vive-

rem junto a algo que produz benefícios ambientais para todos», assinala a economista.

Nas fotovoltaicas, os moradores acham que devem ser ressarcidos dos impactos provocados em particular pelo reflexo da luz e pela ocupação do espaço: «Na Amareleja, chamam-lhe a "floresta de ferro", pois havia ali um olival". Sobre as barragens as opiniões divergem, pois estes «gigantes de betão» têm algumas décadas e as pessoas vivem no topo dos montes, tendendo a habituar-se.

«Dizem que altera a paisagem e reduz áreas agrícolas, patrimoniais e de lazer, mas em simultâneo essa maior concentração de água cria uma albufeira com certa beleza e pode atrair turismo», aclara Lígia Pinto. No caso de Al-

mourrol, em discussão pública, a maioria dos populares «até desconhecia estar em zona que poderia ser alagada e as consequências que a construção traria na sua vida». Por fim, no caso da biomassa os cidadãos mostraram-se pouco informados sobre o tema.

Este projeto científico junta ainda os professores Paula Varandas Ferreira, Pedro Arezes, Carlos Bernardo (todos da UMinho), Anabela Botelho (Universidade de Aveiro) e Lina Sofia Gomes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), a par de Patrícia Sousa (mestre em Economia Industrial e da Empresa pela UMinho) e Sara Sousa (doutoranda em Economia na UMinho e membro do ISCA/Politécnico de Coimbra).